

Fenômeno dos anos Lula, classe C afunda aos milhões

Maior novidade da paisagem econômica brasileira no início deste século, a chamada classe C está sendo empurrada rapidamente de volta às classes D e E ou indo direto para a miséria por consequência da Covid-19 e da desorganização do governo Jair Bolsonaro.

Em 2019, antes da pandemia, o Brasil tinha cerca de 24 milhões de pessoas na pobreza extrema, ou 11% da população, vivendo com menos de R\$ 246 ao mês. Agora, são 35 milhões, ou 16% do total, segundo a FGV Social com base nos números da Pnad. **Mercado A18**

Fenômeno dos anos Lula, classe C afunda e cai na miséria

Mais de 30 milhões deixam classificação; perspectiva para 2021 é de mais perda de renda nas classes D e E

Fernando Canzian

SÃO PAULO Maior novidade da paisagem econômica brasileira no início deste século, a chamada classe C está sendo empurrada rapidamente de volta às classes D e E.

Ou, o que é pior, indo direto para a miséria pelas consequências da Covid-19 e da desorganização das políticas de mitigação da pandemia do governo Jair Bolsonaro (sem partido).

Pesquisas de diferentes órgãos revelam não só que dezenas de milhões de brasileiros retrocedem a situações mais precárias desde o ano passado mas que suas vidas podem continuar piorando em 2021.

Enquanto classes mais favorecidas começam a estabilizar a renda ou a obter ganhos, as classes D e E — cada vez mais numerosas — devem amargar nova queda de quase 15% em seus rendimentos neste ano.

Isso não só aumentará a desigualdade social brasileira mas retardará a recuperação econômica.

Mais pobre, a gigantesca população de baixa renda consumirá menos, exigindo menos investimentos e contratações de novos empregados pelo setor produtivo.

Com a paralisação de muitas atividades em 2020 e a interrupção do auxílio emergencial em dezembro — só retomado em abril, com valores bem menores —, milhões de brasileiros estão despencan-

do diretamente da classe C para a miséria.

Em 2019, antes da pandemia, o Brasil tinha cerca de 24 milhões de pessoas na pobreza extrema, ou 11% da população, vivendo com menos de R\$ 246 ao mês. Agora, são 35 milhões, ou 16% do total, segundo a FGV Social com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínua e Covid-19.

Entre esses novos participantes da pobreza extrema, muitos não se encaixam no clássico perfil do miserável brasileiro — oriundo de famílias muito pobres, desestruturadas e de baixíssima escolaridade.

A família de Noemi de Almeida, que estudou até o pri-

meiro colegial, é uma das que fizeram um percurso rápido, e sem escalas, da classe C direto para a miséria.

Com renda domiciliar de quase R\$ 4.000 antes da pandemia, ela, o marido e duas filhas agora vivem de doações para comer e moram em um terreno invadido no Jardim Julieta, na zona norte de São Paulo.

Ali, com redes de água e luz irregulares, ao lado de centenas de casas improvisadas, temem, dia e noite, acabar despejados e sem ter para onde ir.

Antes da pandemia, Noemi vendia quentinhas a alunos de uma faculdade na Vila Maria enquanto o marido trabalhava como garçom.

Sem aulas e com o fechamento do comércio, ambos ficaram sem renda, não tiveram mais como pagar o aluguel e agora ocupam, com outras 2.000 pessoas, a área invadida em meados de 2020.

Com os filhos longe da antiga escola, o casal tenta obter alguma renda vendendo água e refrigerantes. “Tem dias que ganho R\$ 30. Outros, que não entra nada”, diz Noemi.

Apoucos metros dela, Ingrid Frazão, que concluiu o ensino médio e que conseguia com o marido, até a pandemia, cerca de R\$ 3.000 mensais, agora vive na mesma ocupação e depende, para se alimentar, de doações e de um sopão distribuído nas redondezas.

Antes o casal se sustentava com empregos formais (ela, fa-



A generosidade de 2020 mostrou que o governo não foi sábio, pois agora não tem dinheiro para socorrer os que mais precisam em um momento muito difícil

Marcelo Neri
diretor da FGV Social

xineira; ele, instalador de alarmes) e conseguia bancar aluguel de R\$ 700 mensais na região do Parque Edu Chaves, também na zona norte paulistana. Hoje, não têm a menor perspectiva de sair de onde estão.

No começo, a ocupação iniciada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) no Jardim Julieta tinha sido organizada para manter terrenos de 4,5 metros de frente por 9 metros de profundidade.

Mas a demanda da população foi tanta que eles foram encolhidos para 4,5 metros por 4,5 metros para acomodar mais gente. Segundo Valdirene Ferreira, uma das organizadoras do local, pessoas não param de chegar e há filas para tentar acomodá-las.

De acordo com a FGV Social, quase 32 milhões de pessoas deixaram a classe C desde agosto do ano passado, ápice do pagamento do auxílio emergencial pelo governo Bolsonaro, em direção a uma vida pior.

A classe E, com renda domiciliar até R\$ 1.205, segundo os critérios da FGV Social, foi a que mais inchou: cresceu em 24,4 milhões de pessoas. Já a classe D (renda entre R\$ 1.205 e R\$ 1.926) aumentou em 8,9 milhões.

Embora o Brasil não possua uma classificação oficial para delimitar classes sociais, algumas dessas tentativas, como da FGV Social e da consultoria Tendências (ver quadro), enquadram as famílias de Nemi de Almeida e Ingrid Fração — assim como outras encontradas pela Folha no Jardim Julieta e em ocupações no centro de São Paulo — como ex-participantes da classe C.

Mesmo usando parâmetros diferentes, ambas as classificações revelam o mesmo movimento: encolhimento da classe C, cuja expansão ganhou fama no governo Lula (2003-2011), e, agora, o inchaço acelerado das classes D e E — a última na estratificação e que engloba os mais pobres.

Marcelo Neri, diretor da FGV Social, compara a um “terremoto” a mudança brusca de patamar sofrida pela classe C desde o início da pandemia.

Em sua opinião, o auxílio emergencial foi muito mal calibrado: generoso demais em 2020 e insuficiente agora, quando a pandemia faz mais mortos e obriga estados e municípios a interromper atividades.

No auge do pagamento do auxílio, em agosto do ano passado, 82% das pessoas que eram consideradas muito pobres (renda per capita abaixo de R\$ 246) um ano antes deixaram de sê-lo momentane-

amente — para logo depois voltar à miséria. Em muitos casos, encontram-se hoje em situação pior do que antes.

“O governo acabou produzindo muita instabilidade, o que é péssimo, em particular, para os mais pobres”, diz Neri. “A generosidade de 2020 mostrou que o governo não foi sábio, pois agora não tem dinheiro para socorrer os que mais precisam em um momento muito difícil.”

No ano passado, o auxílio emergencial foi pago entre abril e dezembro empregando R\$ 293 bilhões (R\$ 600 ao mês inicialmente, e depois R\$ 300, a 66 milhões de pessoas).

Mas a nova rodada deste ano tem previsão de duração de só quatro meses e de somar R\$ 44 bilhões — 15% do total de 2020 (pagando R\$ 250, em média, a 45,6 milhões de pessoas).

O auxílio emergencial menor mais a lentidão na vacinação contra a Covid-19 no Brasil por falta de planejamento federal devem redundar em recuperação econômica lenta, que afetará sobretudo os mais pobres, ampliando a desigualdade.

Segundo Lucas Assis, economista da Tendências, a massa de rendimentos (salários, Previdência, programas sociais, etc.) das classes D e E deve encolher 14,4% neste 2021.

Já a da classe A (empresários, funcionários públicos, etc.)

pode crescer 2,8%, sobretudo por causa da recomposição das margens de lucro que os empregadores vêm perseguindo.

Com menos renda disponível e cada vez mais numerosas, as classes D e E, que normalmente gastam imediatamente quase tudo o que ganham, não devem funcionar como grandes propulsoras da atividade econômica neste ano.

“Pior remuneradas, ainda mais informais do que antes e diante da inflação de alimentos e combustíveis, essas parcelas da população terão pouca renda disponível”, afirma Assis.

Outra pesquisa, da consultoria IDados e publicada pela Folha, mostrou que oito em cada dez famílias com rendimento mensal superior a R\$ 5.225 também perderam renda no último trimestre de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019.

Diante da realidade dos baixos rendimentos do Brasil, no entanto, essas famílias podem ser consideradas como pertencentes às classes média, média-alta e alta — uma minoria, portanto, no país.

Por isso é que preocupam os efeitos da rápida degradação das condições da numerosa classe C, pois considera-se crucial que ela faça o caminho de volta para que o país engate um ritmo de crescimento mais acelerado.

250 mil obras do Minha Casa podem parar com corte no Orçamento

SÃO PAULO E BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (sem partido) cortou em 95% o orçamento que permitiria a conclusão de cerca de 250 mil obras do antigo Minha Casa, Minha Vida, rebatizado em 2020 para Casa Verde e Amarela.

No pacote de vetos feito pelo presidente para viabilizar o Orçamento da União para 2021, foram cortados R\$ 2,039 bilhões de quatro ações ligadas ao programa habitacional, a maior parte deles referente ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial). No projeto aprovado pelo Congresso em março, o conjunto de programas teria R\$ 2,151 bilhões.

A Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) diz que o corte coloca obras, empregos e empresas em risco. Os recursos do FAR financiam a faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, que atendia as famílias com renda de até R\$ 1.500.

Nos últimos anos, o setor de construção civil já previa o fim desse modelo de habitação social, uma vez que as reservas orçamentárias encolhiam ano a ano e o pagamento de contratos em andamento atrasada com frequência.

Com o corte no orçamento deste ano, estão em riscos obras em andamento, a maioria retomada no ano passado, após um período de pausa por falta de pagamento. "Não houve contratação nova no ano passado, são todos contratos antigos que estão em curso ou obras que foram retomadas", diz o presidente da Cbic, José Carlos Martins.

A entidade calcula que as obras da faixa 1 empre-

guem diretamente cerca de 250 mil trabalhadores, além de outros 500 mil de maneira indireta.

A notícia de corte no orçamento do programa habitacional coloca ainda mais pressão sobre as construtoras que atuam na habitação popular, diante das sucessivas altas de preços de matérias-primas como aço e cimento.

Nesse tipo de obra, concreto e ferro são grande parte do custo dos empreendimentos. O lucro das empresas vem da escala, do número de unidades. O INCC, espécie de inflação da construção civil, acumula alta de 11,95% em 12 meses até março.

"Estamos com a água no queixo, trabalhando com uma margem apertada, diante desse aumento enorme dos insumos. É uma falta de sensibilidade impen-sável um corte desse tamanho. Se paralisar de novo, muita empresa não vai aguentar", afirma Martins.

Segundo a câmara da indústria, cerca de 97 setores são impactados pela cadeia de produção dos conjuntos habitacionais.

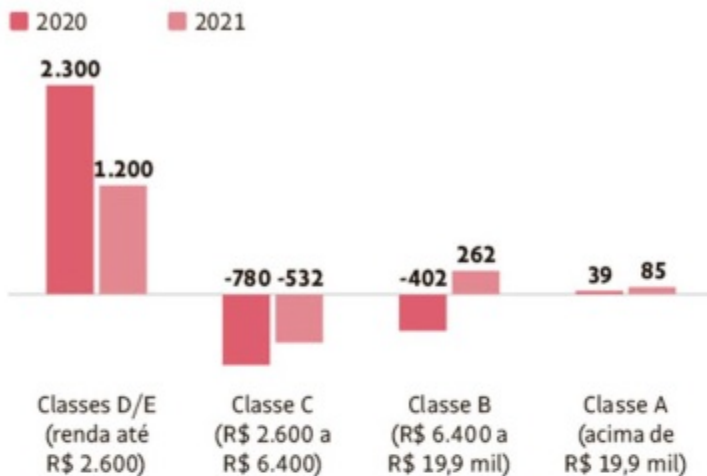
No Ministério do Desenvolvimento Regional, responsável pela execução do programa habitacional, a informação que o dirigente da Cbic recebeu foi a de que o veto foi inesperado também para os integrantes da pasta. Escaparam dos cortes, segundo Martins, recursos para obras novas, garantidas por meio de emendas destinadas ao Desenvolvimento Regional.

Nesta semana, a Cbic prevê uma série de reuniões para tentar reverter o corte no orçamento e para atender as construtoras com obras em andamento. **Fernanda Brigatti, Thiago Resende e Bernardo Caram**

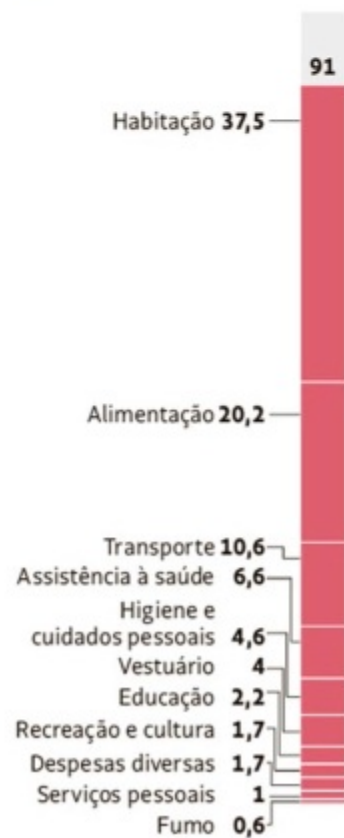
Classes D/E têm maior crescimento em 2020 e 2021*

Total de domicílios por faixa de renda mensal**

Em milhares

Consumo direto absorve **91%** das despesas das classes D/E

Em %



Quanto as demais classes gastam com consumo direto

Em % da renda disponível

**Evolução da massa de renda nos domicílios em 2021**

Classes D/E concentrarão as maiores perdas

Em %*



Assim como as regiões mais pobres

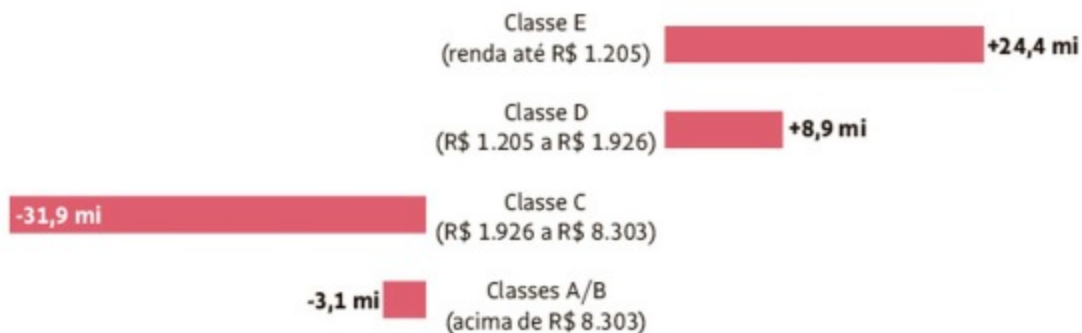
Em %*



*Previsão **Critérios da Tendências para renda das classes Fonte: Tendências

Pandemia e fim do auxílio jogam mais de 30 milhões nas classes D/E

Total de pessoas por faixa de renda domiciliar mensal*



*mar. 2021/ago. 2020. Critérios da FGV Social para renda das classes Fonte: FGV Social



1 Invasão no
Jd. Julieta,
na zona
norte de São
Paulo, onde
moradores
dependem
de doações
como um
sopão **2** para
se alimentar.
A família de
Noemi de
Almeida **3**
se mudou
para lá após
perder a
renda de
R\$ 4.000
que ela e
o marido
tinham
antes da
pandemia.
A história
é similar à
de Ingrid
Frazão **4** e o
marido, que
se mudaram
para a
ocupação
após
perderem os
empregos
que lhes
garantiam
R\$ 3.000 por
mês. Hoje,
não têm
perspectiva
de como sair
do local





Fotos Lalo de Almeida/Folhapress